

Museu do Aljube em Lisboa e, mais recentemente, o Museu Nacional da Resistência e Liberdade em Peniche.

No Porto, a reivindicação por um equipamento análogo abriu uma porta nos campos académico e político para o estudo e preservação da memória da(s) resistência(s) na cidade.

A presente comunicação tem como objetivo explorar as potencialidades da patrimonialização da memória coletiva do antifascismo no Porto enquanto ferramenta de defesa dos valores democráticos hoje. Num primeiro momento, é abordado o tratamento da violência do Estado Novo sobre resistentes antifascistas através do conceito de Heranças Difíceis (Macdonald, 2009). Num segundo momento, é explorado o conceito de Museu Ativista (Sandell, 2018), aplicado na constituição de uma coleção e consequente exposição constituídas coletivamente com resistentes e dedicada ao tratamento dessas memórias.

### **Os inventários de extinção dos conventos em 1834: uma tentativa de reconstituição de cartórios de instituições religiosas**

**Maria João Oliveira e Silva** (Universidade do Porto)

**Joana Lencart** (Universidade do Porto)

Em 1834, pelo Decreto de 30 de maio e no âmbito da reforma geral eclesiástica empreendida por Joaquim António de Aguiar, Ministro e Secretário de Estado, e executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as femininas sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo.

À data da extinção das Ordens Religiosas, havia em Portugal 563 casas religiosas, conventos, mosteiros e congregações. Destas menos de metade – 243 – tinham livrarias, quadros, objetos do quotidiano e outros bens móveis e imóveis dos quais se fizeram inventários. Nestas 243 casas religiosas foram inventariados 150 548 livros, 64% dos quais eram provenientes de instituições religiosas no distrito de Lisboa.

Os processos de extinção das casas religiosas encontram-se atualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Entre 1834 e 1919 foram redigidos 454 processos

relativos a casas religiosas masculinas e, entre 1834 e 1961, elaboraram-se 124 processos respeitantes a casas religiosas femininas.

O complexo processo de arrecadação dos cartórios e das bibliotecas religiosas originou a entrada na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e noutras instituições de vastas listas e inventários e de extensas relações de livros, de documentos e de demais objetos pertencentes às ditas casas religiosas. Na Biblioteca Nacional, por exemplo, deu entrada, em 1837, uma “Lista de documentos provenientes de cartórios de diversos conventos transferidos do DLEC para a Biblioteca Nacional”.

Este manancial de informação permite a realização de inúmeros estudos de arquivística, de história e de história de arte em associação com estudos económicos e sociológicos. Não sendo possível concretizar estes estudos de uma só vez, propomo-nos aqui focarmo-nos apenas nos inventários dos cartórios dos extintos conventos, com o intuito de proceder a uma reconstrução desses mesmos cartórios à data da extinção das Ordens Religiosas. Para tal, serão selecionados dois conventos – um de uma Ordem Religiosa e outro de uma Ordem Militar – de distintos locais do reino ensaiando comparações, propondo hipóteses e aventando conclusões que nos possam esclarecer um pouco mais sobre como foi conduzido o processo de extinção das casas religiosas e o de arrecadação dos seus cartórios.

**Promover o envolvimento das comunidades na valorização do património local a partir da formação in loco. A experiência em São Pedro da Afurada e São João da Foz do Foz do Douro**

**Cátia Oliveira** (Universidade do Porto)

**Marisa Pereira Santos** (Universidade do Porto)

As comunidades assumem-se como agentes fundamentais para a identificação, valorização e prese identitários, mnemónicos, histórico-artísticos e sociais. A Carta de Porto Santo (2021) e a Estratégia Nacional para o Saber Fazer apontam o ensino de qualidade como meio para esse reconhecimento.

Partindo de duas investigações de Doutoramento em Estudos do Património (FLUP) foi desenvolvida a formação “Envolvimento das Comunidades na Valorização do Património Local”, inserida no Programa de Formação Multidisciplinar da U.Porto – Impulso Adultos, ao abrigo do PRR. Foram convocadas as comunidades de São João